

Demonstrações Financeiras

Tereos Commodities do Brasil S.A.

31 de março de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Tereos Commodities do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tereos Commodities do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tereos Commodities do Brasil S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de julho de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-SP-221749/O

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício findo em 31 de março de 2023

A Administração da Tereos Commodities do Brasil S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, acompanhadas dos respectivos Relatórios do Auditor Independente.

SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORIA EXTERNA

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria de suas demonstrações financeiras, junto aos seus auditores independentes, fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor, consistindo em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente; e d) o valor dos serviços cobrados do cliente não deve causar dependência financeira dos auditores junto ao seu cliente.

No exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia não efetuou pagamentos de honorários a partes relacionadas da empresa de auditoria externa Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., restringindo-se apenas a serviços de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia registra seu agradecimento a todos que colaboraram para a concretização dos objetivos estabelecidos ao longo da safra 22/23. Em especial a seus acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros comerciais.

Pierre Santoul
Diretor Presidente



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Exercício findo em 31 de março de 2023



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Notas	Exercício findo em	
		31 de março de 2023	31 de março de 2022
Receitas	4	2.100	2.600
Despesas de distribuição	5	(1.360)	(1.676)
Despesas gerais e administrativas	5	(663)	(1.003)
Outras despesas operacionais, líquidas	5	-	(2)
Lucro (prejuízo) operacional		77	(81)
Despesas financeiras		(1.847)	(975)
Receitas financeiras		346	359
Despesa financeira líquida	6	(1.501)	(616)
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos		(1.424)	(697)
Imposto de renda e contribuição social	7	(76)	70
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		(1.500)	(627)
(Em R\$)			
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído		(0,15)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)	(1.500)	(627)
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(1.500)	(627)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

		Em	
(EM MILHARES DE R\$)	Notas	31 de março de 2023	31 de março de 2022
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.238	3.567
Contas a receber	9	2.100	2.532
Outros ativos financeiros circulantes	8	1.769	1.864
Impostos de renda a recuperar - circulantes	7	194	204
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.301	8.167
Impostos diferidos	7	139	203
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		139	203
TOTAL DO ATIVO		8.440	8.370
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	8	950	930
Passivos financeiros circulantes com partes relacionadas	9	-	9.883
Outros passivos financeiros circulantes	8	562	778
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.512	11.591
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	9	11.649	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.649	-
TOTAL DO PASSIVO		13.161	11.591
Capital social		10.000	10.000
Reservas		(14.721)	(13.221)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	(4.721)	(3.221)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.440	8.370

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Para os exercícios findos

(EM MILHARES DE R\$)	Capital social	Reservas (prejuízos acumulados)	Total do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2021	10.000	(12.594)	(2.594)
Lucro líquido (prejuízo)		(627)	(627)
Em 31 de março de 2022	10.000	(13.221)	(3.221)
Lucro líquido (prejuízo)		(1.500)	(1.500)
Em 31 de março de 2023	10.000	(14.721)	(4.721)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA TEREOS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

(EM MILHARES DE R\$)	Notas	Exercício findo em	
		31 de março de 2023	31 de março de 2022
Lucro líquido (prejuízo)		(1.500)	(627)
Imposto de renda e contribuição social	7	76	(70)
Despesas (receitas) financeiras líquidas	6	1.448	616
Impacto das variações no capital circulante		331	(1.541)
<i>Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outras contas a receber</i>		432	1.437
<i>(Redução) aumento em contas a pagar</i>		20	(2.997)
<i>Redução (aumento) em contas de capital de giro</i>		(121)	19
Caixa gerado (aplicado) nas operações		355	(1.622)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2)	(301)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		353	(1.923)
Juros financeiros recebidos	6	346	359
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		346	359
Juros financeiros pagos	6	(1.794)	(975)
Variação em passivos financeiros com partes relacionadas		1.766	958
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(28)	(17)
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		671	(1.581)
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 1 de abril de 2022	8	3.567	5.148
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de contas garantidas em 31 de março de 2023	8	4.238	3.567
Variação em caixa e equivalentes de caixa, líquida de contas garantidas		671	(1.581)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Índice

1. Informações sobre a Companhia, base de apresentação, práticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos	8
2. Principais práticas contábeis	10
3. Desenvolvimento sustentável e clima	12
4. Receitas.....	12
5. Despesas por natureza.....	12
6. Resultado financeiro líquido.....	13
7. Imposto de renda.....	13
8. Ativos e passivos financeiros.....	14
9. Partes relacionadas	16
10. Patrimônio líquido.....	17
11. Provisões.....	18
12. Gestão de Riscos	18
13. Eventos subsequentes.....	18

1. Informações sobre a Companhia, base de apresentação, práticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

1.1 Informações sobre a Companhia

A Tereos Commodities do Brasil S.A. (“TCB” ou “Companhia”) é uma companhia brasileira, constituída em 21 de março de 2017 segundo as leis brasileiras, tem como objeto social e atividade preponderante comercialização, importação e exportação de açúcar e seus subprodutos e prestação de serviços logísticos.

A Companhia é uma controlada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

Sede social: Avenida Brigadeiro Faria Lima 1663, 7º andar – São Paulo - SP - Brasil.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de março de 2023 foram preparadas pela Administração e sua emissão aprovada pela diretoria em 26 de julho de 2023.

1.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – “IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em 31 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Para a preparação das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos pelo CPC.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, à exceção dos ativos biológicos, derivativos e ativos disponíveis para venda, que foram mensurados a valor justo.

Os métodos contábeis descritos a seguir foram consistentemente aplicados a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e de forma uniforme em todas as entidades do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

O exercício social da Companhia vai de 1º de abril de cada ano a 31 de março do ano seguinte.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

1.3 Normas e interpretações obrigatórias após 1º de abril de 2022

As seguintes normas e interpretações e normas revisadas entraram em vigor a partir de 1 de abril de 2022 e não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia, discorrido abaixo:

Norma ou Interpretação	Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações ao IFRS 3 (CPC 15 (R1))	Combinação de Negócios	1/1/2022
Atualizações ao IAS 16 (CPC 27)	Ativo Imobilizado	1/1/2022
Atualizações ao IAS 37 (CPC 25)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	1/1/2022
Atualizações ao IFRS 9 (CPC 48)	Instrumentos Financeiros	1/1/2022

* Em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após essas datas

1.4 Normas e interpretações obrigatórias após 31 de março de 2023 sem adoção antecipada pela Companhia

Os seguintes padrões e interpretações que são obrigatoriamente aplicáveis após 31 de março de 2023 podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma ou Interpretação	Nome da Norma / Alterações / Interpretação	Vigência*
Atualizações ao IAS 1 (CPC 26 (R1))	Apresentação das Demonstrações Contábeis	1/1/2023
Atualizações ao IAS 8 (CPC 23)	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	1/1/2023
Atualizações ao IAS 12 (CPC 32)	Tributos sobre o lucro	1/1/2023
Atualizações ao IAS 1 (CPC 26(R1))	Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação dos passivos circulantes e não circulantes atrelados a <i>covenants</i>	1/1/2024
Atualizações ao IFRS 16 (CPC 06(R2))	Arrendamentos – Transação de Venda e Retroarrendamento	1/1/2024

* Em vigor para os exercícios sociais a partir dessa data

1.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais do Companhia, a administração desenvolve estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências.

Desse modo, as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023 poderão ser alteradas posteriormente.

A Administração desenvolve estimativas significativas para a determinação das premissas utilizadas na avaliação de saldos nas seguintes áreas:

Nota	Estimativa	Natureza da divulgação
Nota 7	Imposto de renda	Premissas utilizadas para reconhecer os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais.
Nota 8	Ativos e passivos financeiros	Premissas utilizadas para determinar o valor justo das diversas categorias dos instrumentos financeiros.

2. Principais práticas contábeis

2.1 Ativos financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) fornece uma abordagem única para a classificação e mensuração de ativos financeiros, com base nas características do instrumento financeiro e na intenção da administração da Companhia com os seguintes resultados:

- ativos financeiros com fluxos de caixa que são representativos do pagamento de principal e juros apenas são mensurados pelo custo amortizado se forem administrados exclusivamente para fins de cobrança desses fluxos;
- em outros casos, os ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, exceto por instrumentos patrimoniais (participações societárias, etc.) não mantidos para negociação e com alterações no valor que, na eleição, afetam “outros resultados abrangentes”.

O impacto desses princípios nos ativos é refletido da seguinte forma no balanço patrimonial da Companhia:

Os ativos financeiros incluem as seguintes categorias contábeis: aplicações financeiras e recebíveis.

Na data de aquisição, a Companhia determina a classificação do ativo financeiro em uma dessas categorias contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Os créditos comerciais e outros recebíveis e empréstimos são registrados pelo custo amortizado, o qual corresponde ao seu valor nominal. A parcela de contas a receber e empréstimos não cobertos por seguro de crédito dá origem ao registro de uma perda por redução ao valor recuperável tão logo os recebíveis são registrados, até as perdas esperadas no vencimento. Isso reflete a probabilidade de inadimplência das contrapartes e a taxa de perda esperada, avaliada, conforme apropriado, com base em estatísticas históricas, informações fornecidas pelas agências de relatórios de crédito ou classificações dadas pelas agências de classificação.

Quando o prazo de vencimento dos créditos e recebíveis é superior a um ano, seus valores são descontados, cujos efeitos são reconhecidos no resultado financeiro líquido, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis são testados para *impairment*. Esses ativos estão deteriorados se o seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, desde que haja indícios de perda de valor. A perda de valor é registrada na demonstração do resultado.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem valores disponíveis, depósitos bancários, depósitos de curto prazo (resgatáveis no prazo de até três meses da data de aquisição) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações no mercado aberto que apresentam liquidez imediata e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor.

2.3 Passivos financeiros

Esta categoria inclui:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial;

Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado

Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com o método da Taxa de juros efetiva "TJE".

De acordo com as políticas contábeis do Grupo, Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. classifica os juros pagos nas atividades de financiamento em suas demonstrações dos fluxos de caixa.

Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade - como no caso de um passivo com derivativo embutido - a Companhia registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro.

2.4 Impostos sobre a renda

Impostos sobre a renda apresentados na demonstração do resultado inclui a despesa/receita de imposto de renda corrente e diferido.

Imposto de renda corrente

Calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido antes dos impostos apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis, respectivamente, em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca são tributáveis ou dedutíveis.

O ativo ou passivo do imposto de renda corrente é reconhecido no balanço patrimonial, utilizando alíquotas fiscais vigentes no encerramento do exercício.

Imposto de renda diferido

Segundo a IAS 12 "Income Taxes" (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado.

Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Companhia.

Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que a Companhia atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis.

Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente.

3. Desenvolvimento sustentável e clima

As matérias-primas processadas pela Companhia são provenientes da atividade agrícola, que está intrinsecamente sujeita a variações imprevisíveis do clima. As atividades comerciais da Tereos podem, portanto, ser diretamente afetadas por condições climáticas extremas ou desfavoráveis, desastres naturais e mudanças climáticas.

A Companhia considera os riscos climáticos nas suas estimativas de final de safra e inclui os seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras, principalmente:

- Na revisão da vida útil de certos ativos;
- Levando em consideração, no melhor do nosso conhecimento, os principais riscos relacionados a alterações em regulamentações, tais como a pressão crescente sobre os recursos hídricos;

A Tereos considera que a avaliação dos riscos climáticos está devidamente considerada nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de março de 2023.

4. Receitas

O detalhamento da receita líquida é apresentado como segue:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Receita de serviços	2.100	2.600
RECEITAS	2.100	2.600

5. Despesas por natureza

A análise de despesas por natureza é descrita a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Despesas de distribuição	(1.360)	(1.676)
Despesas gerais e administrativas	(663)	(1.003)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(2)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS POR DESTINO	(2.023)	(2.681)
Despesas externas	(751)	(657)
Despesas com pessoal	(1.265)	(2.014)
Taxas	-	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7)	(9)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	(2.023)	(2.681)

5.1 Despesas com benefícios aos empregados

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Ordenados e salários	(902)	(1.461)
Encargos sociais sobre ordenados e salários	(363)	(553)
DESPESAS COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	(1.265)	(2.014)

6. Resultado financeiro líquido

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Despesa de juros	(1.766)	(958)
Outras despesas financeiras	(81)	(17)
Despesas financeiras	(1.847)	(975)
Receita de juros	329	355
Outras receitas financeiras	17	4
Receitas financeiras	346	359
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(1.501)	(616)

7. Imposto de renda

7.1 Imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado

A composição da despesa de imposto de renda é apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Imposto de renda corrente	(12)	70
Imposto de renda diferido	(64)	-
TOTAL	(76)	70

A conciliação entre a alíquota fiscal nominal e a efetiva está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Lucro líquido (prejuízo)	(1.500)	(627)
Receita (despesa) de imposto de renda	(76)	70
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(1.424)	(697)
<i>Alíquota fiscal do imposto de renda no Brasil</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>
Imposto de renda com base na alíquota do imposto de renda no Brasil	484	237
Prejuízos fiscais não reconhecidos como impostos	(548)	13
Outras despesas não dedutíveis para fins fiscais	(12)	(180)
Ajustes para conciliar imposto de renda	(560)	(167)
IMPOSTO DE RENDA EFETIVO	(76)	70
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda</i>	<i>5%</i>	<i>10%</i>

7.2 Imposto de renda no balanço patrimonial

A posição do imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial está apresentada a seguir:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Imposto de renda corrente ativo	194	204
Total do imposto de renda corrente	194	204
Imposto de renda diferido ativo	139	203
Total do imposto de renda diferido	139	203

7.3 Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos como ativos

Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais acumulados não reconhecidos nas demonstrações financeiras somam R\$ 5.050 em 31 de março de 2023 (R\$ 4.502 em 31 de março de 2022), de acordo com as principais práticas contábeis descritas na nota 2.4.

8. Ativos e passivos financeiros

8.1 Ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2023

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8.1.1	-	4.238	4.238
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	9	2.100	-	2.100
Outros ativos financeiros circulantes	8.1.2	1.769	-	1.769
Total dos ativos financeiros circulantes		3.869	4.238	8.107
Total dos ativos financeiros não circulantes		-	-	-
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS		3.869	4.238	8.107

Em 31 de março de 2022

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Empréstimos e recebíveis a custo amortizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8.1.1	-	3.567	3.567
Ativos financeiros circulantes com partes relacionadas	9	2.532	-	2.532
Outros ativos financeiros circulantes	8.1.2	1.864	-	1.864
Total dos ativos financeiros circulantes		4.396	3.567	7.963
Total dos ativos financeiros não circulantes		-	-	-
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS		4.396	3.567	7.963

8.1.1 Caixas e equivalentes de caixa

A conciliação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa é a seguinte:

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Saldos bancários	2.494	35
Aplicações financeiras	1.744	3.532
Caixa e equivalentes de caixa	4.238	3.567

8.1.2 Outros ativos financeiros

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Impostos a recuperar	1.769	1.864
Outros ativos financeiros	1.769	1.864

8.2 Passivos financeiros

As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2023

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar		950	-	950
Passivos financeiros circulantes com partes relacionadas		-	-	-
Outros passivos financeiros circulantes	8.2.1	562	-	562
Total dos passivos financeiros circulantes		1.512	-	1.512
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	9	11.649	-	11.649
Total dos passivos financeiros não circulantes		11.649	-	11.649
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS		13.161	-	13.161

Em 31 de março de 2022

(EM MILHÕES DE R\$)	Notas	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar		930	-	930
Passivos financeiros circulantes com partes relacionadas	9	9.883	-	9.883
Outros passivos financeiros circulantes	8.2.1	778	-	778
Total dos passivos financeiros circulantes		11.591	-	11.591
Total dos passivos financeiros não circulantes		-	-	-
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS		11.591	-	11.591

8.2.1 Outros passivos financeiros

(EM MILHARES DE R\$)	Exercício findo em	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Impostos a pagar	48	34
Encargos a pagar	499	740
Outros	15	4
Outros passivos financeiros	562	778

9. Partes relacionadas

Foram realizadas transações com as seguintes empresas:

(EM MILHARES DE R\$)	Vendas		Compras	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Entidades controladoras da Companhia				
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	244	262
Tereos Internacional	-	-	-	310
NewCo Tereos Internacional BR Ltda	-	-	316	-
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
Tereos Commodities France	2.100	196	-	-
Tereos Commodities	-	2.404	-	-
Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.	-	-	-	4

(EM MILHARES DE R\$)	A receber		A pagar	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Entidades controladoras da Companhia				
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	244	262
Tereos Internacional	-	-	-	310
NewCo Tereos Internacional BR Ltda	-	-	316	-
Entidades controladas pelo Grupo Tereos				
Tereos Commodities France	2.100	120	307	-
Tereos Commodities	-	2.412	-	307
Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.	-	-	4	4

9.1 Transações financeiras com partes relacionadas

As principais transações financeiras foram realizadas com as seguintes empresas:

(EM MILHARES DE R\$)	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
	31 de março de 2023	31 de março de 2022	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Entidades que controlam a Empresa				
a/ Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	-	-	11.649	9.883

Os passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:

(EM MILHARES DE R\$)	31 de março de 2023	31 de março de 2022
Passivos financeiros circulantes com partes relacionadas		(9.883)
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	(11.649)	-
TOTAL DA DÍVIDA LÍQUIDA COM PARTES RELACIONADAS	(11.649)	(9.883)

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

(EM MILHARES DE R\$)	Quantidade de ações	Capital emitido
Saldo em 31 de março de 2021	10.000.000	10.000
Saldo em 31 de março de 2022	10.000.000	10.000
Saldo em 31 de março de 2023	10.000.000	10.000

10.2 Lucro (prejuízo) por ação

O número médio de ações ordinárias utilizadas no cálculo do lucro por ação é de 10.000.000 ações no exercício encerrado em 31 de março de 2023.

Para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022, o lucro (prejuízo) diluído por ação é o mesmo que o básico. O lucro (prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022 foi de (R\$ 0,15) e (R\$ 0,06), respectivamente.

10.3 Reserva legal

De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado como reserva legal, que não excederá 20% do capital social e, acrescido das reservas de capital, a 30% do capital social.

10.4 Retenção de lucros

O saldo de lucros não distribuídos é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia apresentou prejuízo e com isso, não houve destinação de seus resultados, mantendo o valor apurado como prejuízos acumulados.

10.5 Dividendos propostos e pagos

De acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber a título de dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro anual líquido (lucro líquido atribuível aos proprietários da Controladora) ajustado pelos seguintes itens: (i) constituição da reserva legal; (ii) movimentações na provisão para contingências; (iii) reserva de incentivos fiscais; e (iv) realização da reserva de lucros a realizar.

Considerando que as reservas em 31 de março de 2023 são negativas, nenhum pagamento mínimo será proposto à assembleia de acionistas.

11. Provisões

A Companhia não figura como polo passivo em processos de natureza tributária e cível e a Administração não tem conhecimento de litígios com riscos significativos que possam afetar o resultado ou a posição financeira e patrimonial da Companhia e que não tenham sido provisionados em 31 de março de 2023.

12. Gestão de riscos

A gestão de riscos de capital é feita localmente pela Administração da Companhia, que é uma controlada da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. e ambas possuem os mesmos administradores. Desta forma, a Administração reforça o comprometimento de seus acionistas com a continuidade operacional da Companhia e, em caso de necessidade emergencial de recursos com acesso limitado ao mercado de capitais, os acionistas realizariam uma operação de aporte de capital para honrar seus compromissos de curto prazo.

13. Eventos subsequentes

Nenhum.